



MANUSCRITO ACEITE PARA PUBLICAÇÃO | ACCEPTED MANUSCRIPT

O IMPACTO DO TURISMO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL: UM QUADRO DE ANÁLISE

MANUELA NATÁRIO, ANA I. MELO, RICARDO BISCAIA, PAULA ROCHA, CARLOS SANTOS, AUGUSTA FERREIRA, DALILA DIAS, GONÇALO GOMES, GRAÇA AZEVEDO, RÚBEN DUARTE, RUI MARQUES

Recebido: agosto 2018

Aceite: março 2019

Por favor, citar este manuscrito como: | *Please, cite this manuscript as:*

Natário, M., Melo, A. I., Biscaia, R., Rocha, P., Santos, C., Ferreira, A... Marques, R. (2019). O impacto do turismo das aldeias históricas de Portugal: um quadro de análise [The impact of the tourism of the historical villages of Portugal: a framework of analysis]. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*. doi: 10.18055/Finis14861

NOTA

Este é um arquivo PDF de um manuscrito ainda não editado, mas aceite para publicação (manuscrito “em publicação”). Enquanto um serviço, a Finisterra disponibiliza esta versão inicial do manuscrito que será submetido a edição de texto, formatação e revisão de prova antes de ser publicado na sua forma final. Note que durante o processo de produção podem ser encontrados alguns erros que afetam o conteúdo, e todas as isenções legais se aplicam à revista.

Manuscritos “em publicação” estão aceites e revistos por pares, mas ainda não foram atribuídos a volumes/edições, mas são citáveis usando o DOI.

Quando o manuscrito final é atribuído aos volumes/edições da publicação, o manuscrito “em publicação” será removido e a sua versão final aparecerá nos volumes/edições publicadas. Embora os manuscritos “em publicação” ainda não tenham todos os detalhes bibliográficos disponíveis, já podem ser citados usando o ano da publicação *on-line* e o DOI: autoria, título, publicação (ano), DOI.

NOTE

This is a PDF file of an unedited manuscript that has been accepted for publication (manuscript “in press”). As a service we are providing this early version of the manuscript. The unedited manuscript will undergo copyediting, typesetting, and review of the resulting proof before it is published in its final form. Note that during the production process some errors may be discovered which could affect the content, and all legal disclaimers that apply to the journal pertain.

Manuscripts “in press” are accepted and peer reviewed but are not yet assigned to volumes/issues, but are citable using DOI.

When the final manuscript is assigned to volumes/issues of the publication, the manuscript “in press” will be removed and the final version will appear in the associated published volumes/issues of the publication. Please be aware that, although manuscripts “in press” do not have all bibliographic details available yet, they can already be cited using the year of online publication and the DOI, as follows: author(s), title, publication (year), DOI.

O IMPACTO DO TURISMO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL: UM QUADRO DE ANÁLISE

MANUELA NATÁRIO¹

ANA I. MELO²

RICARDO BISCAIA³

PAULA ROCHA⁴

CARLOS SANTOS⁵

AUGUSTA FERREIRA⁶

DALILA DIAS⁷

GONÇALO GOMES⁸

GRAÇA AZEVEDO⁹

RUBEN DUARTE¹⁰

RUI MARQUES¹¹

RESUMO – O IMPACTO DO TURISMO DAS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL: UM QUADRO DE ANÁLISE. A rede Aldeias Históricas de Portugal (rAHP) integra 12 aldeias históricas da Região Centro de Portugal com um vasto conjunto de elementos valorativos: história, cultura e património. Estas aldeias, localizadas em territórios de ‘baixa densidade’, registaram os efeitos da desertificação humana, potenciada pela interioridade e pelo movimento migratório das populações. O presente artigo apresenta o trabalho desenvolvido no âmbito do projeto PLOWDeR¹, cujo objetivo é identificar um conjunto de indicadores que permita avaliar o impacto económico e social do turismo da rAHP, de forma a facilitar o planeamento e a formulação de estratégias que promovam a sua sustentabilidade. Para o efeito definiram-se sete ‘dimensões de caracterização’ (3 clássicas – social, económica, ambiental – e a combinação destas – habitabilidade, viabilidade, equidade e sustentabilidade), que permitem separar os indicadores pelo tipo de impacto que pretendem medir. Definiram-se, ainda, nove ‘dimensões de agregação’ (ecossistema, bem-estar, satisfação, participação pública, cultura, vitalidade económica, emprego, marketing e mobilidade e acessibilidade), que abrangem as áreas fundamentais para medir o impacto. Este quadro de análise foi sujeito a validação por parte dos *stakeholders* da rAHP, através de uma metodologia de *focus group*, na perspetiva de replicação da mesma a outros territórios de baixa densidade. Após esta validação foram construídos os instrumentos de recolha e análise dos dados para os indicadores definidos. Neste artigo será apresentado o quadro de análise, bem como o processo metodológico seguido para a construção do mesmo.

Palavras-chave: Aldeias Históricas de Portugal; territórios de baixa densidade; turismo; impacto social; impacto económico.

Recebido: agosto 2018. Aceite: março 2019.

¹ Professora Adjunta na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG), Instituto Politécnico da Guarda e Investigadora na Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior, Av. Dr. Francisco de Sá Carneiro, 50, 6300-559, Guarda, Portugal. E-mail: m.natario@ipg.pt

² Professora Adjunta na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA), Universidade de Aveiro; Investigadora no Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior (CIPES) e Investigadora na Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (GOVCOPP), Aveiro, Portugal. E-mail: ana.melo@ua.pt

³ Investigador no Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior (CIPES), Universidade de Aveiro, Matosinhos, Portugal. E-mail: ricardo_biscaia@hotmail.com

⁴ Bolseira de Investigação no Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCA) e Doutoranda em Políticas Públicas no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT), Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. E-mail: paula.rocha@ua.pt

⁵ Professor Coordenador no ISCA, Universidade de Aveiro e Investigador no Centro de Investigação e Fiscalidade e Contabilidade, no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), Barcelos, Portugal. E-mail: carlos.santos@ua.pt

⁶ Professora Adjunta no ISCA, Universidade de Aveiro e Investigadora no Centro de Investigação e Fiscalidade e Contabilidade, no IPCA, Barcelos, Portugal. E-mail: augusta.ferreira@ua.pt

⁷ Coordenadora do Programa Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE), Associação das Aldeias Históricas de Portugal, Belmonte, Portugal. E-mail: dalilamdias@gmail.com

⁸ Chefe do Núcleo de Apoio aos Empresários, Empreendedorismo e Investimento Turístico da Turismo Centro de Portugal, Coimbra, Portugal. E-mail: goncalo.gomes@turismodocentro.pt

⁹ Professora Coordenadora no ISCA, Universidade de Aveiro e Investigadora no Centro de Investigação e Fiscalidade e Contabilidade, no IPCA, Barcelos, Portugal. E-mail: graca.azevedo@ua.pt

¹⁰ Bolseiro de Investigação no ISCA, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. E-mail: rubenduarte@ua.pt

¹¹ Professor Adjunto no ISCA, Universidade de Aveiro e Investigador no Algoritmi, Universidade do Minho, Braga, Portugal. E-mail: ruimarques@ua.pt #

ABSTRACT – THE IMPACT OF THE TOURISM OF THE HISTORICAL VILLAGES OF PORTUGAL: A FRAMEWORK OF ANALYSIS. The Historical Villages of Portugal network (nHVP) integrates 12 historical villages of the Central Region of Portugal with a set of distinctive characteristics: history, culture and heritage. These villages, located in 'low density territories', registered the effects of human desertification, enhanced by its interiority and desertification. This article presents the work developed within the scope of the PLowDeR project. This project aims to identify a set of indicators that enable the evaluation of the economic and social impact of the touristic activity of the rAHP, in order to facilitate the planning and the formulation of strategies that promote its sustainability. Seven 'characterization dimensions' of analysis were identified. These support a set of indicators, organized in nine 'dimensions of aggregation'. This framework was validated by the stakeholders of the nHVP, using a focus group design, aiming at replicating it to other low density territories. After this validation, data collection and analysis instruments were devised. In this article the framework will be presented, as well as the methodological process followed to reach it.

Keywords: Historical Villages of Portugal; low-density territories; tourism; social impact; economic impact.

RÉSUMÉ – L'IMPACT DU TOURISME DES VILLAGES HISTORIQUES DU PORTUGAL: UN CADRE D'ANALYSE. Le réseau des Villages Historiques du Portugal (rAHP) intègre 12 villages historiques de la région centrale du Portugal avec un vaste ensemble de valeurs: histoire, culture et patrimoine. Ces villages, situés dans des territoires de 'faible densité', ont enregistré les effets de la désertification humaine, renforcée par l'intériorité et le mouvement migratoire des populations. Ce document présente le travail développé dans le cadre du projet PLowDeR, dont l'objectif est d'identifier un ensemble d'indicateurs permettant d'évaluer l'impact économique et social du tourisme du rAHP, afin de faciliter la planification et la formulation de stratégies favorisant sa durabilité. A cet effet, sept 'dimensions de caractérisation' ont été définies et soutiennent un ensemble d'indicateurs, organisés en neuf 'dimensions d'agrégation'. Ce cadre a fait l'objet d'une validation par les parties prenantes du rAHP, à travers une méthodologie de groupe de discussion, dans la perspective de sa réplication vers d'autres territoires de faible densité. Après cette validation, les outils de collecte et d'analyse des données pour les indicateurs définis ont été construits. Dans cet article, nous présenterons le cadre d'analyse, ainsi que le processus méthodologique suivi pour sa construction.

Mot clés: Villages Historiques du Portugal; territoires a faible densité; tourisme; impact social; impact économique.

RESUMEN – EL IMPACTO DEL TURISMO DE LAS ALDEAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL EN EL TERRITORIO: UN MARCO DE ANÁLISIS. La red de Aldeas Históricas de Portugal (rAHP) integra 12 aldeas históricas de la Región Centro de Portugal con un vasto conjunto de elementos valorativos: historia, cultura y patrimonio. Estas aldeas localizadas en territorios de 'baja densidad', registraron los efectos de desertificación humana, potenciada por la interioridad y por el movimiento migratorio de las poblaciones. El proyecto PLowDeR tiene como objetivo identificar un conjunto de indicadores que permita evaluar el impacto económico y social del turismo de la rAHP, de manera a facilitar la planificación y la formulación de estrategias que promuevan su sostenibilidad. Para el efecto, se definieron siete dimensiones de análisis macro que soportan un conjunto de indicadores, organizados en nueve dimensiones de agregación. Este *framework* fue sujeto de evaluación por parte de *stakeholders* de la rAHP, a través de una metodología de *focus group*, en la perspectiva de replicar la misma a otros territorios de baja densidad. Después de esta validación se construyeron los instrumentos de levantamiento y de análisis de los datos para los indicadores definidos. En este artículo se presentará el *framework* de análisis, así como el proceso metodológico para su construcción.

Palabras claves: Aldeas Históricas de Portugal; territorios de baja densidad; turismo; impacto social; impacto económico.

I. INTRODUÇÃO

A rede Aldeias Históricas de Portugal (rAHP) integra uma rede de 12 aldeias históricas (AH) da Região Centro de Portugal: Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso, inserida em três NUTS III: Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Região de Coimbra.

O território associado à rAHP caracteriza-se pela baixa densidade populacional, com aglomerados de construção muito concentrados mas distantes entre si, aumentando a sensação de isolamento. Neste

sentido, os grandes desafios deste território são: (i) atrair população; (ii) criar emprego; e (iii) disponibilizar mais e maior diversidade de serviços. Neste contexto, o turismo surge como uma oportunidade para desenvolver o território.

É emergente a aplicação de estratégias de combate a esta tendência demográfica, com efeitos diretos no desenvolvimento económico e social. As estratégias políticas acionadas para estes territórios devem, por isso, ter em atenção as especificidades dos mesmos, pelo que a necessidade de se obter informação por via de indicadores construídos “à medida” é fundamental para levar a cabo um planeamento eficaz e eficiente.

A definição de estratégias de eficiência coletiva em territórios de baixa densidade e a sua sustentabilidade têm constituído uma importante questão no plano científico (Santos & Ferreira, 2010; Silva, Lima, & Chamusca, 2010; Braga, Natário, Daniel, & Fernandes, 2013). Os estudos sobre estes territórios têm incidido fundamentalmente sobre o desenvolvimento de processos e dinâmicas de inovação (Santos & Ferreira, 2010), sobre as questões demográficas (Braga *et al.*, 2013), na procura de estratégias de eficiência coletiva (Silva *et al.*, 2010), e sobre o fomento ao empreendedorismo (Santos, 2012). Há também os estudos realizados sobre os meios rurais, que procuraram identificar os fatores que estimulam o desenvolvimento do território, como a inovação (Madureira, Gamito, Ferreira, & Portela, 2013) e o empreendedorismo (Macías, Rodríguez, Fernandes, Natário, & Braga, 2014). Deixam, contudo, por explorar os fluxos turísticos e as transações económicas promovidas sobretudo pela potencialidade dos territórios de baixa densidade. Por via do seu conhecimento, da definição da sua atratividade turística, dos produtos endógenos disponibilizados, bem como da população que dá vida a estes territórios, sejam residentes sejam agentes económicos, importa conhecer a evolução dos fluxos turísticos, as motivações e tendências e as transações económicas potenciadas pelo turismo, de forma integrada.

Os estudos do desenvolvimento do turismo (PROVERE, 2009) que relacionam as Aldeias Históricas de Portugal (AHP) ao turismo e aos seus resultados em termos do desenvolvimento local (Correia & Carvalho, 2009), bem como os estudos sobre a análise do setor turístico (Banco de Portugal, 2014), centram-se sobretudo nas infraestruturas disponíveis, ao invés de se centrarem na medição dos fluxos e impactos económicos. Para além disso, os indicadores disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco de Portugal, União Europeia (UE) e Organização Mundial do Turismo (OMT), estão agregados ao nível das NUTS III ou LAU I (Concelhos), o que impossibilita a análise do impacto e do desenvolvimento do território ao nível geográfico das aldeias em estudo. Com efeito, para além da generalidade dos territórios de cada uma das AHP estar confinado a uma freguesia, ou a um lugar/povoado dentro de uma determinada freguesia, o impacto da atividade turística nestes territórios não está circunscrito à freguesia ou ao concelho onde se integram.

Face à ausência de estudos nesta área, considera-se que analisar o impacto económico e social do turismo das AHP no território onde estas se inserem é inovador e de grande relevância. De salientar a robustez que se pretende alcançar, por via da proximidade empírica e do desenho do quadro de análise, que ambiciona espelhar as temáticas inerentes e emergentes deste território.

O artigo encontra-se estruturado em quatro capítulos: o enquadramento teórico; a metodologia seguida para a construção e validação do quadro de análise; o quadro de análise para medição do impacto da atividade turística nas AHP; e, por fim, as considerações finais.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A rAHP possui um conjunto de elementos que permitem criar uma identidade comum: história, cultura e património. Apesar destes elementos valorativos, estes territórios são fortemente afetados pelos efeitos do despovoamento, potenciada pela interioridade e pelo movimento migratório das populações para o litoral. Estas aldeias estão inseridas nos designados ‘territórios de baixa densidade’, caracterizados pelo crescente despovoamento (Santos & Ferreira, 2010), estagnação e atraso (Johansson & Rauhut, 2002; Azevedo, 2011) e pelos níveis de desajustamento social e económicos difíceis de reverter, associados a

menores níveis de desenvolvimento (Domingos, 2009). A sustentabilidade destes territórios requer uma estratégia assente nos recursos endógenos e enquadrada nos objetivos da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente. Neste contexto, importa saber como as regiões e os seus atores podem gerar mecanismos endógenos de criação de riqueza com base nos seus recursos específicos (Alves, 2007).

O turismo é reconhecido como um dos setores-chave do desenvolvimento dos países e uma importante fonte de rendimento, emprego e criação de riqueza, com impacto ao nível social, económico e ambiental. Face a estes impactos, tem havido uma preocupação crescente com a sustentabilidade da atividade turística por parte dos governos de vários países e da Comissão Europeia, que desenvolveu o *European Tourism Indicators System for Sustainable Destination Management* (Comission, 2013), da World Tourism Organization e da World Trade Organization (WTO, 2004; UNWTO, 2017). Esta temática tem também sido analisada por diversos investigadores (Burns, 2004; Blackstock, White, Mccrum, Scott, & Hunter, 2008; Brito, 2011; Tanguay, Rajaonson, & Therrien, 2013; Obst, 2016), com o propósito de construir modelos de análise no sentido de encontrar indicadores que se apoiem no desenvolvimento e competitividade do turismo sustentável e que contribuam para a qualidade de vida dos habitantes dos territórios.

Nos últimos 20 anos surgiram na academia inúmeras teorizações sobre a monitorização do impacto do turismo nos territórios turísticos, de forma a minimizar os impactos negativos e maximizar as suas mais-valias. A preocupação com o turismo sustentável e a sua integração no planeamento estratégico deve-se, fundamentalmente, ao facto de as atividades turísticas terem causado vários problemas ambientais e socioeconómicos (Tanguay *et al.*, 2013), particularmente sobrecargas, pressões e a saturação dos territórios. Apesar de tal facto não constituir uma realidade na rAHP, deverá ser salvaguardado um conjunto de critérios de acompanhamento para que o território não venha a ser penalizado.

O conceito de desenvolvimento nas áreas rurais e de baixa densidade é considerado polissémico, devendo, por isso, o turismo ter este aspeto em conta, dado que se trata de uma área que requer contributos de diferentes campos, desde os transportes, ao alojamento, restauração e atividades culturais (Remoaldo *et al.*, 2017). Há, por isso, a necessidade de se promover um planeamento mais integrador ao nível local, já que o paradigma *top-down* é mais adequado a áreas geográficas que são diretamente beneficiadas pelo crescimento económico, não precisando de qualquer estímulo específico (Augusto & Pinho, 2010). Por isso, segundo alguns autores (Remoaldo *et al.*, 2017) o desenvolvimento das áreas rurais deve basear-se no paradigma do desenvolvimento endógeno, que se baseia em três princípios: valorização dos recursos endógenos; modelo *bottom-up*; e estabelecimento de ações prioritárias pela comunidade. Para Stöhr (1984), é importante que se promova uma identidade territorial, sendo este um pré requisito para que haja cooperação entre os diferentes grupos de interesse do território.

Assim, o passo inicial em direção à sustentabilidade do turismo é a existência de um sistema de monitorização e de avaliação que permita reintegrar, continuamente, o *feedback* proveniente destes processos. Os modelos de planeamento turístico, nomeadamente o da 'Terceira Via para o Planeamento Turístico' (Burns, 2004), evidenciam a necessidade de avaliação constante nos vários momentos do processo, para que seja viável a correção dos desvios em tempo útil (Brito, 2011).

O desenvolvimento sustentável do turismo requer, também, a participação de todos os *stakeholders*, bem como uma forte liderança política para garantir a ampla participação e a construção de consensos. Alcançar o turismo sustentável é um processo contínuo e requer uma monitorização constante dos impactos, com medidas preventivas e/ou corretivas sempre que necessário. Por isso, é importante manter um elevado nível de satisfação do turista, garantir a sua consciencialização para as questões de sustentabilidade e promover práticas de turismo sustentável (Obst, 2016).

Creriosamente, a World Tourism Organization (UNWTO, 2017) procurou desenvolver um quadro estatístico no sentido de medir o turismo sustentável. Para isso, considera três pilares (designados por impactos): económicos, sociais e ambientais, salientando a necessidade de englobar os cinco P's: Pessoas, Planeta, Paz, Prosperidade e Parceria.

Embora seja reconhecido que cada região deve ter os seus próprios indicadores, que são

legitimados pela singularidade de cada território, essa abordagem, segundo Tanguay *et al.* (2013), pode ignorar os princípios básicos do turismo sustentável para fins políticos. No campo do turismo, onde as questões da atratividade e da competitividade são importantes, é desejável ter um nível mínimo de consistência na avaliação do turismo sustentável, através do uso de indicadores básicos para evitar a manipulação dos conceitos para fins de *marketing*, assim como reduzir o risco de perder uma dimensão importante do desenvolvimento sustentável de modo a atender a objetivos específicos da política e incentivar uma maior compatibilidade no desenvolvimento de estratégias de turismo sustentável propostas pelos vários níveis de governo (Tanguay *et al.*, 2013).

No entanto, mais importante do que continuamente alertar para as necessidades a serem supridas, é a operacionalização e monitorização contínua destes indicadores, sobretudo, adaptadas aos territórios que se pretendem analisar. É clara a necessidade de se definir um quadro de análise adaptado aos territórios de baixa densidade, com a noção de que um quadro teórico de caracterização e análise de territórios para turismo de massas não pode ser aplicado a territórios como os das AHP.

Salientando a diversidade e o elevado número de indicadores existentes relativos ao desenvolvimento sustentável no turismo, Tanguay *et al.* (2013) consideram 20 categorias principais a ter em conta na definição de indicadores para avaliar a sustentabilidade da atividade turística (quadro I).

Quadro I – Problemáticas associadas ao turismo sustentável.

Table I – Issues related to a sustainable tourism.

Categorias			
1. Ecossistema	6. Paisagens e bem-estar	11. Participação pública	16. Vitalidade económica
2. Água	7. Resiliência e risco	12. Cultura	17. Emprego
3. Atmosfera	8. Segurança	13. Mobilidade e Acessibilidade	18. Marketing
4. Energia	9. Saúde	14. Investimentos	19. Reputação
5. Gestão de Resíduos	10. Satisfação	15. Promoção do ecoturismo	20. Tráfego de turistas

Fonte: Tanguay *et al.* (2013)

Blackstock *et al.* (2008) acrescentaram a dimensão da responsabilidade social na definição dos indicadores, o que mereceu especial atenção, pela relação com a justiça ambiental e a sensibilização dos turistas para o turismo sustentável. Estes autores consideram importante monitorizar os 11 temas constantes do quadro II.

Quadro II – Temas a monitorizar no turismo sustentável.

Table II – Topics to monitor in sustainable tourism.

Temas	
1. Volume e dimensão do turismo	7. Habitações acessíveis
2. Satisfação dos turistas	8. Sustentabilidade do uso da terra
3. Desempenho e satisfação da empresa de turismo	9. Benefícios sociais e justiça ambiental
4. Reação da comunidade	10. Comportamento do turista
5. Impacto ambiental	11. Estabilidade da população
6. Sensibilização dos turistas e locais para o turismo sustentável	

Fonte: Blackstock *et al.* (2008)

Analisados os quadros teóricos que mais se relacionam com a realidade aqui estudada – baixa densidade –, assim como as várias possibilidades de se medir o impacto local e regional do turismo, procurou-se encontrar um quadro de análise que melhor monitorizasse a evolução do turismo na rAHP e respetivo impacto. Para chegar ao quadro de análise final, o enquadramento teórico foi ajustado às necessidades e especificidades de um território de baixa densidade, nomeadamente a rAHP.

III. METODOLOGIA: PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO QUADRO DE ANÁLISE

O processo de desenvolvimento do quadro de análise partiu de uma revisão da literatura sobre indicadores para medir o impacto da atividade turística no território e formas de agregação desses mesmos indicadores (ex.: Blackstock et al., 2008; Lozano-Oyola, Blancas, González, e Caballero, 2012; Tanguay *et al.*, 2013). Para além disso, foram analisados os indicadores recolhidos pela UNWTO, a OCDE, o INE, a Biosphere e os Planos Estratégicos da Região Centroⁱⁱ. Esta primeira análise permitiu-nos constatar que os indicadores existentes eram demasiado macro, não refletindo as características específicas dos territórios de baixa densidade. Este ‘desajuste’ foi reforçado após uma primeira visita ao território da rAHP, realizada com o objetivo de compreender as preocupações e necessidades *in loco*, visitando as AHP e falando com técnicos de turismo, alocados aos Postos de Turismo e/ou com funções ligadas à verificação do turismo nas autarquias. Nestas visitas, a equipa de investigação procurou também envolver-se no meio e recolher opiniões acerca da atividade turística junto de residentes e de alguns agentes económicos.

Este estudo exploratório permitiu observar que tanto os indicadores como as dimensões de agregação a definir deveriam permitir responder às três principais necessidades dos territórios de baixa densidade: combater o despovoamento e a falta de investimento; melhorar a competitividade; e dinamizar a criação de empregoⁱⁱⁱ. Para além disso, constatou-se que a sustentabilidade destes territórios depende, grandemente, da aposta em estratégias baseadas em recursos e fatores endógenos, e na promoção de dinâmicas de inovação, associadas à maior eficiência na utilização dos recursos.

Assim, resultado da análise do grupo de temas relevantes para o turismo, dos três pilares do desenvolvimento sustentável e do estudo de Tanguay *et al.* (2013), foi realizada uma adaptação teórica à realidade da rAHP, considerando as seguintes ‘dimensões de caracterização’: económica, social e ambiental –, e a sua subsequente interligação – habitabilidade, viabilidade, equidade e sustentabilidade. As ‘dimensões de caracterização’ advêm das três dimensões clássicas da sustentabilidade e das combinações entre si. Estas têm o objetivo de garantir, após a escolha dos indicadores para medição do impacto no território e sua subsequente inserção nestas ‘dimensões de caracterização’, que todos os pilares do desenvolvimento sustentável estão a ser medidos e considerados na análise. Assim, as ‘dimensões de caracterização’ permitem avaliar, de forma macro, se os indicadores considerados medem a sustentabilidade de forma adequada.

Para além disso, considerou-se pertinente incluir temáticas para garantir a organização e a planificação dos indicadores a construir, com inspiração nas problemáticas avançadas por Tanguay *et al.* (2013), designadas de ‘dimensões de agregação’ (quadro I). Resultaram daí nove dimensões: ecossistema, bem-estar, satisfação, participação pública, emprego, vitalidade económica, marketing, e mobilidade e acessibilidade. Assim, tal como as ‘dimensões de caracterização’, as ‘dimensões de agregação’ procuram garantir que as diferentes temáticas relacionadas com o turismo e com o território estão cobertas pelo sistema de indicadores proposto para avaliar o impacto económico e social do turismo da rAHP.

Perante o quadro proposto por Tanguay *et al.* (2013) (quadro I), algumas das ‘dimensões de agregação’ originais foram eliminadas ou agrupadas noutras, devido à fraca representatividade das mesmas no território. Por exemplo, as AHP não são comparáveis com o meio urbano relativamente à preocupação com o estado do ar ou da água. Tal realidade não merece especial desagregação no território da rAHP, daí que se tenha considerado, por exemplo, a questão ambiental numa única dimensão: Ecossistema. Importa ainda referir que as ‘dimensões de agregação’ foram pensadas tendo em conta o turismo pretendido, no futuro, para um território de baixa densidade como este, mesmo que não tenham particular relevância face à presente realidade da rAHP, como é o caso de algumas questões relacionadas com a mobilidade.

Assim, o quadro de análise propõe uma forma de classificar todos os indicadores propostos através de dois tipos de dimensões: as ‘dimensões de caracterização’ e as ‘dimensões de agregação’. Ambas as dimensões permitem: i) verificar se o seu sistema de indicadores cobre todos os pilares da sustentabilidade

e todos os temas relevantes do Turismo; ii) formatar ideias para a criação de novos indicadores alinhados com estes pilares e temáticas; e iii) aferir, num contexto de avaliação pós-cálculo dos indicadores, se há algum pilar do desenvolvimento ou temática onde o território de baixa densidade precise de melhorar o seu desempenho.

Alcançada a primeira versão do quadro de análise, considerou-se importante validar a mesma junto dos *stakeholders*, tendo, para tal, sido organizados *focus groups*. Optou-se por esta metodologia pelo facto de permitir uma maior proximidade com os participantes, colocando-os em contexto informal, a discutir com os seus pares sobre o território onde atuam, e refletindo, de forma orientada, sobre os problemas e necessidades, do ponto de vista da monitorização da atividade turística. Além disto, o *focus group* permite captar a comunicação não-verbal e incrementar o discurso de confiança para desenvolver uma discussão sincera sobre aquelas que serão as suas principais preocupações e prioridades (Tecuau & Tescasiu, 2015).

Foram realizadas duas sessões: uma em Aveiro, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (ISCA-UA) e outra em Sortelha (uma das AHP). Para ambas foram convidados agentes económicos locais, autarcas e especialistas da área. Se na primeira houve uma maior presença de especialistas, a segunda foi marcadamente presenciado por agentes económicos. Tal facto fez evidenciar os constrangimentos da interioridade.

As sessões foram orientadas pelos investigadores do projeto, tendo em ambas sido apresentado o quadro de análise, composto pelas dimensões de caracterização e de agregação. Foi questionada a opinião dos participantes sobre o mesmo, tendo sido considerado, por unanimidade, suficientemente amplo para abordar todos os vértices do impacto do turismo no território^{iv}.

De seguida, o quadro de análise composto por sete 'dimensões de caracterização' e nove 'dimensões de agregação' será apresentado. Este quadro de análise constitui a base para a construção dos indicadores a incluir na análise da atividade turística dos territórios de baixa densidade, nomeadamente o da rAHP, acomodando as suas especificidades.

IV. QUADRO DE ANÁLISE PARA MEDIÇÃO DO IMPACTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA DAS AHP

Face à necessidade de definir indicadores capazes de medir o impacto do turismo no território em que se inserem as AHP, consideraram-se sete 'dimensões de caracterização' e nove 'dimensões de agregação'.

A divisão por 'dimensões de caracterização' contribui para organizar a literatura existente sobre o tópico em questão e garantir que todos os tipos de impacto são tidos em consideração. As 'dimensões de agregação' permitiram listar as várias áreas turísticas a abordar, servindo como 'chapéu' para a organização dos vários indicadores.

1. Dimensões de caracterização

Os indicadores de desempenho podem ser separados pelo tipo de impacto que pretendem medir. A separação dos indicadores por este tipo de informação poderá ser controversa e certamente que não será estanque. Controversa porque poderá haver indicadores de natureza 'híbrida' que encaixem de forma não consensual numa determinada dimensão; não-estanque porque, por exemplo, um indicador que meça a evolução de um *output* turístico numa aldeia, como o número total de camas fornecidas, é um indicador de atividade turística, mas que tem também impacto a nível económico.

Na literatura, existem algumas propostas de separação de indicadores pelo tipo de impacto que eles pretendem medir. Lozano-Oyola, Blancas, González, e Caballero (2012), para efetuarem a medição do turismo sustentável, dividem os indicadores em três dimensões: social, económica e ambiental, com vista

à construção de um índice composto. Tanguay *et al.* (2013) analisaram um sistema com 507 indicadores que distribuíram nestas três dimensões: as dimensões ‘clássicas’ do desenvolvimento sustentável (social, económica e ambiental), já referidas anteriormente, e as combinações destas três características: indicadores de habitabilidade (social e ambiental), indicadores de viabilidade (económico e ambiental), indicadores de equidade (económico e social) e indicadores de sustentabilidade (económico e social e ambiental).

Respeitando a possível natureza híbrida de um determinado indicador para se enquadrar nestas dimensões, foi adotada a divisão proposta por Tanguay *et al.* (2013) pelas três principais dimensões – económica, social e ambiental –, e a sua subsequente subdivisão – habitabilidade, viabilidade, equidade e sustentabilidade –, que resulta da interseção entre as dimensões principais (fig. 1).



Fig. 1 – Dimensões clássicas de desenvolvimento sustentável.

Fig. 1 – Classic dimensions of sustainable development.

Fonte: Tanguay *et al.* (2013)

A *dimensão económica* traça o fluxo dos gastos associados à atividade turística numa determinada região, para identificar um conjunto de mudanças nas receitas, nas vendas, nas rendas e no emprego.

A *dimensão social* está associada à proteção dos recursos naturais e culturais de uma área, ou seja, à qualidade de vida (Deery, Jago, & Fredline, 2012). A percepção dos locais sobre o impacto do turismo pode ser analisada segundo um conjunto de impactos específicos, como, por exemplo, a manutenção das instalações, *interesting things to do*, orgulho local, comportamento delincente ou o efeito *vitrine* (imagem da cidade aos olhos dos outros - não residentes) (Enemuo & Oyinkansola, 2012).

A *dimensão ambiental* tem como preocupação, entre outras coisas, a qualidade do ecossistema hídrico, da terra e do ar, a biodiversidade da fauna e da flora e a gestão e política ambiental. Além disso, o ambiente natural de um território pode ser, ele próprio, elemento de atratividade turística, tal como se verifica na rAHP.

Segundo Tanguay *et al.* (2013) a *dimensão habitabilidade* remete para a capacidade de uma região conhecer as suas necessidades sociais, com vista à melhoria da qualidade de vida.

A *dimensão viabilidade* concilia os aspetos relativos ao desenvolvimento económico com a capacidade dos ecossistemas subsistirem e evitarem o esgotamento dos recursos não renováveis (Tanguay *et al.*, 2013).

A *dimensão equidade* concilia a dimensão económica e social, por definição (Tanguay *et al.*, 2013). Tal implica dizer que é acessível a todas as classes sociais e com diferentes características demográficas. O seu impacto tem repercussões transversais na sociedade e na economia (Whittle, Lomax, Heppenstall, & Brerton, 2017).

A *dimensão sustentabilidade* remete para padrões de desenvolvimento considerados ótimos, no equilíbrio entre as esferas económica, social e ambiental. Tal impacto sugere que o emprego gerado está disponível a todos os membros da comunidade e que, por exemplo, os produtos agrícolas e tradicionais estão a significar receitas para pequenos negócios, e a estimular a ética democrática, relações sociais entre

consumidores e produtores e ações coletivas entre os movimentos tradicionais e os novos movimentos sociais (Slocum, 2015).

2. Dimensões de agregação

No sentido de agregar os indicadores que medem o impacto social, económico e ambiental da atividade turística das AHP nos territórios de baixa densidade em que estas se inserem, foram desenvolvidas nove dimensões, que se consideram abranger as áreas fundamentais para medir esse impacto: ecossistema, bem-estar, satisfação, participação pública, cultura, vitalidade económica, emprego, marketing e mobilidade e acessibilidade.

A dimensão *ecossistema* consiste na agregação de indicadores de carácter ambiental. Esta dimensão integra os consumos energéticos e da água, a distribuição de equipamento no território que potencia a conservação da natureza, os transportes, vias, equipamentos ‘verdes’, ou ainda os estabelecimentos e recursos humanos com certificação ambiental. Indicadores deste tipo são utilizados para a monitorização da saúde ambiental (Salamon, 2002; Rogers & Greenaway, 2005), designadamente do ponto de vista da pegada ecológica fomentada pelo turismo (Manning, 1999).

A dimensão *bem-estar* refere-se à satisfação dos que residem no destino turístico (AHP) relativamente ao impacto do turismo. O bem-estar prende-se com a saúde, a educação e competências da população, a qualidade das atividades quotidianas de trabalho, o estado do ambiente, a segurança, a riqueza dos laços comunitários e a satisfação das pessoas com a sua vida (OECD, 2011).

A dimensão *satisfação* diz respeito à satisfação dos visitantes relativamente ao destino visitado, nomeadamente a experiência global: as atrações existentes, as comodidades e a oferta de serviços. Dupeyras e MacCallum (2013) sublinham que a satisfação dos visitantes pretende medir o valor da atratividade, baseado na competitividade atual e futura.

A *participação pública* compreende o grau de envolvimento da comunidade no sentido do desenvolvimento local (do destino turístico), do ponto de vista das empresas, dos agentes locais e restante comunidade. Segundo André *et al.* (2006) trata-se de medir o grau de envolvimento dos indivíduos e dos grupos que pode ser afetado de forma positiva ou negativa por determinado tipo de intervenções, designadamente turísticas.

A dimensão da *cultura* refere-se à oferta cultural do destino turístico, quer do ponto de vista das infraestruturas disponíveis, quer da oferta em termos de eventos pontuais, ou das atividades específicas (culturais/desportivas/recreativas) que o destino providencia continuamente. Segundo Craik (1995) existem três formas de se analisar o turismo no âmbito cultural: por via dos produtos turísticos, das perceções dos turistas perante as experiências culturais e das consequências culturais do desenvolvimento do turismo nas comunidades residentes.

A *vitalidade económica* é o reflexo do turismo sobre o alojamento, a restauração e outros serviços relacionados com o setor turístico, quer do ponto de vista dos fluxos monetários, quer do ponto de vista da evolução da oferta. Noccas (2017) considera que o número de licenças de atividades relacionadas com o turismo, a promoção de projetos turísticos, o investimento em novas unidades turísticas, a percentagem de hotéis que contribuem para o aumento das receitas de turismo, o tempo médio de vida das empresas turísticas, assim como o investimento em atividades ou eventos culturais, na dimensão cultural, caracterizam aquilo que é tido em conta nesta categoria da vitalidade económica.

O *emprego* integra a geração de emprego relacionado com o setor do turismo, a caracterização do emprego e dos empregados, e a caracterização da atividade geradora de emprego (sazonalidade, longevidade). Prende-se com a dimensão da empregabilidade que atribui sustentabilidade ao turismo (Roberts & Tribe, 2008).

O *marketing* incorpora a caracterização da promoção publicitária do destino turístico: orçamento e despesa alocados; agentes económicos envolvidos; ações desenvolvidas; satisfação dos agentes sobre a promoção acionada; perceção da influência da marca AHP. No fundo pretende-se compreender o que é

promovido e qual o retorno do investimento em marketing (White, 2010).

A dimensão *mobilidade e acessibilidade* abrange indicadores que permitem compreender as condições de visita para pessoas com mobilidade reduzida, bem como indicadores que permitam compreender os fluxos dos visitantes, isto é: rotas selecionadas, tempo dedicado a cada uma, paragens efetuadas, etc. Importa entender, também, o impacto de tais fluxos, distintos entre épocas (Scuttari, Della Lucia, & Martini, 2013).

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As doze AHP inserem-se em territórios de baixa densidade, caracterizados pelo despovoamento e dificuldade em atrair atividade económica. Nestes territórios, os grandes desafios passam essencialmente pela atração de população, a criação de emprego e a disponibilização de uma maior diversidade de serviços. Neste sentido, o Turismo é visto como uma atividade potenciadora de crescimento e desenvolvimento territorial.

Perante a necessidade premente de se saber mais sobre o impacto da atividade turística no território em que se inserem as AHP, foi desenvolvido um quadro de análise que estuda esse impacto, sempre numa lógica de proximidade com os agentes que operam no território.

O quadro de análise desenvolvido, que pretende caracterizar e agregar os indicadores que monitorizam a atividade turística, inspirou-se no trabalho de Tanguay *et al.* (2013), tendo sido posteriormente adaptado ao território em questão. Integra três ‘dimensões de caracterização’ para os indicadores a desenvolver – económica, social e ambiental –, e a sua subsequente subdivisão – habitabilidade, viabilidade, equidade e sustentabilidade –, que resulta da interseção entre as dimensões principais. Para além disso, os indicadores foram ainda classificados segundo as respetivas ‘dimensões de agregação’: Ecossistema; Bem-estar; Satisfação; Participação Pública; Cultura; Vitalidade económica; Emprego; Marketing e Mobilidade e Acessibilidade. Este quadro de análise afigura-se, assim, como uma importante ferramenta de apoio tanto para investigadores como para decisores políticos, garantindo que nenhum tópico mais relevante do turismo e que nenhuma das faces do desenvolvimento sustentável será esquecida.

O quadro de análise proposto foi validado por unanimidade por todas as partes interessadas que participaram nos dois *focus group* promovidos pela equipa de investigação, um em Aveiro e outro em Sortelha, uma das AHP. Considera-se, deste modo, que é uma ferramenta suficientemente abrangente para monitorizar o impacto económico, social e ambiental da atividade turística no território em que se inserem as AHP, podendo ser replicada a outros territórios de baixa densidade, nacionais e internacionais.

Importa, contudo, referir que este quadro de análise não resolve *per se* o principal desafio associado à medição do impacto nos territórios de baixa densidade: a falta de dados. Em primeiro lugar, e por definição, um território de baixa densidade tem pouca população, incrementando a necessidade de inquirir praticamente toda a população para que se possam obter resultados robustos. Em segundo lugar, e dadas as características da população destes territórios, tendencialmente envelhecida, a recolha de dados pode-se revelar um processo difícil, essencialmente devido a alguma desconfiança e iliteracia tecnológica. Um maior sucesso na recolha de dados terá de passar pela proximidade à população destes territórios. Entende-se que a organização dos resultados de acordo com o quadro de análise – por dimensões (de agregação e de caracterização) – também permitirá aos residentes e aos agentes económicos destes territórios uma mais fácil perceção dos resultados obtidos, e, porventura, um sentimento de que o trabalho de medição de impacto é útil, o que poderá levar ao aumento do sucesso em termos de recolha de dados de futuro.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado pelo orçamento do Programa Operacional Regional do Centro na sua componente FEDER com a referência CENTRO-01-0145-FEDER-023984.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, P. (2007). *Planeamento estratégico e marketing de cidades* [Strategic planning and cities' marketing]. Lisboa: Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).
- André, P., Enserink, B., Connor, D., & Croal, P. (2006). Public participation: International best practice principles. *Special Publications Series*, 4, 1–3.
- Augusto, D., Pinho, J., & Rodrigues, C. (2010). Espaço rural – Análise integrada multisectorial e pluridimensional no território [Rural space - Integrated multisectoral and multidimensional analysis in the territory]. *Turismo e Desenvolvimento*, 13/14, 499–511.
- Azevedo, N. (2011). *Tempos de mudança nos territórios de baixa densidade: as dinâmicas em Trás-os-Montes e Alto Douro* [Times of change in low density areas: the dynamics in Trás-os-Montes and Alto Douro]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Banco de Portugal. (2014). *Análise do setor do turismo - Estudos da Central de Balanços* [Analysis of the tourism sector - Central Balance Sheet Studies]. Lisboa: Banco de Portugal.
- Blackstock, K., White, V., Mccrum, G., Scott, A., & Hunter, C. (2008). Measuring responsibility: An appraisal of a Scottish National Park's sustainable tourism indicators. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(3), 276–297.
- Braga, A., Natário, M., Daniel, A., & Fernandes, G. (2013). Tendências demográficas da Região Centro de Portugal: Caso de estudo dos Municípios de Baixa Densidade [Demographic trends in the Portuguese Centro Region: Case study of Low Density Municipalities]. In *XXIII Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica* (1–17), Málaga.
- Brito, M. (2011). Monitorização dos impactos turísticos: uma proposta de modelo aplicável a territórios em mudança [Monitoring of tourism impacts: a model proposal applicable to changing territories]. *Cadernos de Geografia*, 30/31, 249–256.
- Burns, P. (2004). Tourism planning: A third way? *Annals of Tourism Research*, 31(1), 24–43.
- European Union (2013). *The European tourism indicator system*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. doi: 10.2769/47006
- Correia, J., & Carvalho, P. (2009). Turismo e desenvolvimento rural. O caso do Piódão (Aldeias Históricas de Portugal) [Tourism and rural development. The case of Piódão (Historical Villages of Portugal)]. *Cadernos de Geografia*, 28/29, 117–130.
- Craik, J. (1995). Are there cultural limits to tourism? *Journal of Sustainable Tourism*, 3(2), 87–98.
- Deery, M., Jago, L., & Fredline, L. (2012). Rethinking social impacts of tourism research: a new research agenda. *Tourism Management*, 33(1), 64–73.
- Domingos, E. (2009). *Interação, aprendizagem colectiva e criatividade em Regiões de Baixa Densidade. Estudo de caso sobre a Região do Alentejo* [Interaction, collective learning and creativity in Low Density Regions. Case study on the Alentejo Region]. In Livro Atas do XV Congresso APDR: Redes e Desenvolvimento Regional, 1073–1101.
- Dupeyras, A., & Maccallum, N. (2013). Indicators for measuring competitiveness in tourism - a guidance document. *OECD Tourism Papers*, 2. doi: 10.1787/5k47t9q2t923-en
- Enemuo, O. B., & Oyinkansola, O. (2012). Social impact of tourism development on host communities of Osun Oshogbo Sacred Grove. *IOSR Journal of Humanities and Social Science*, 2(6), 30–35.
- Johansson, M., & Rauhut, D. (Eds.). (2002). *ESPON project 1.1.4 - The Spatial Effects of Demographic Trends and Migration, Final Report, Luxembourg: ESPON Monitoring Committee*. Retrieved from <https://www.espon.eu/programme/projects/espon-2006/thematic-projects/spatial-effects-demographic-trends-and-migration>
- Lozano-Oyola, M., Blancas, F., González, M., & Caballero, R. (2012). Sustainable tourism indicators as planning tools in cultural destinations. *Ecological Indicators*, 18, 659–675. doi: 10.1016/j.ecolind.2012.01.014
- Macias, J., Rodriguez, G., Fernandes, G., Natário, M., & Braga, A. (2014). *Plano transfronteiriço de apoio ao empreendedorismo na Beira Interior Norte e Salamanca: O empreendedorismo na BIN/SAL (PITAE BIN/SAL)* [Cross-border support plan to entrepreneurship in Beira Interior Norte and Salamanca: Entrepreneurship in BIN/SAL (PITAE BIN/SAL)]. Salamanca: Diputación de Salamanca. Organismo Autónomo de Empleo y Desarrollo Rural (OAEDR). Retrieved from <http://www.dipsanet.es/economia/hacienda/empleoydesarrollo/publicaciones/documentacion/Plan-Transfronterizo-interior.pdf>
- Madureira, L., Gamito, T., Ferreira, D., & Portela, J. (2013). *Inovação em Portugal rural: Detetar, medir e valorizar* [Innovation in rural Portugal: Detect, measure and value]. Lisboa: Principia.
- Manning, T. (1999). Indicators of tourism sustainability. *Tourism Management*, 20(1), 179–181.
- Nocca, F. (2017). The role of cultural heritage in sustainable development: Multidimensional indicators as decision-making tool. *Sustainability*, 9(10), 1882. doi: 10.3390/su9101882
- Obst, C. (2016). *UNWTO Statistics and Tourism Satellite Account Programme Measuring Sustainable Tourism: Developing a statistical framework for sustainable tourism*. Madrid: UNWTO. Retrieved from: http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/docpdf/mstovervie_wrev1.pdf
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (OECD). (2011). *Compendium of OECD well-being indicators*. Paris: OECD. Retrieved from

- <http://www.oecd.org/sdd/47917288.pdf>
- Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos. (PROVERE). (2009). *Rede das Aldeias Históricas de Portugal: Estratégia de eficiência colectiva e plano de acção* [Network of the Historical Villages of Portugal: Collective efficiency strategy and action plan]. Retrieved from [http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_Aldeias \(Memoria Descritiva Provere das Aldeias Historicas\).pdf](http://maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/doc_estrategico_Aldeias (Memoria Descritiva Provere das Aldeias Historicas).pdf)
- Remoaldo, P., Freitas, I., Matos, O., Lopes, H., Silva, S., Sánchez Fernández, M. D... Ribeiro, V. (2017). The planning of tourism on rural areas: The stakeholders' perceptions of the Boticas Municipality (Northeastern Portugal). *European Countryside*, 9(3), 504–525. doi: 10.1515/euco-2017-0030
- Roberts, S., & Tribe, J. (2008). Sustainability indicators for small tourism enterprises: An exploratory perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(5), 575–594. doi: 10.1080/09669580802159644
- Rogers, S., & Greenaway, B. (2005). A UK perspective on the development of marine ecosystem indicators. *Marine Pollution Bulletin*, 50(1), 9–19. doi: 10.1016/j.marpolbul.2004.10.028
- Salamon, L. (2002). *The tools of Government: A guide to the new governance*. Oxford: Oxford University Press.
- Santos, C., & Ferreira, A. (2010). Governação pública em rede: Resposta à desertificação do território [Public network governance: Response to desertification of the territory]. In *V Congresso Nacional da Administração Pública, Lisboa*.
- Santos, M. (2012). Empreendedorismo em territórios de baixa densidade populacional com problemas de desenvolvimento (contributos para o debate sobre o tema) [Entrepreneurship in territories of low population density with development problems (contributions to the debate on the theme)]. In *O Futuro do Mundo Rural em Questão: Atas do I Congresso de Estudos Rurais do Norte Alentejano* (102–116), Portalegre.
- Scuttari, A., Della Lucia, M., & Martini, U. (2013). Integrated planning for sustainable tourism and mobility. A tourism traffic analysis in Italy's South Tyrol region. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(4), 614–637. doi: 10.1080/09669582.2013.786083
- Silva, Â., Lima, F., & Chamusca, P. (2010). Estratégias de eficiência colectiva em territórios de baixa densidade: reflexões a propósito do Minho-Lima e do Tâmega [Strategies of collective efficiency in low density territories: reflections on Minho-Lima and Tâmega]. In *XII Colóquio Ibérico de Geografia* (1–18), Porto.
- Slocum, S. (2015). The viable, equitable and bearable in Tanzania. *Tourism Management Perspectives*, 16, 92–99.
- Stöhr, W. B. (1984). Changing external conditions and a paradigm shift in regional development strategies? *Estudos de Economia*, IV(4), 461–485.
- Tanguay, G., Rajaonson, J., & Therrien, M. (2013). Sustainable tourism indicators: Selection criteria for policy implementation and scientific recognition. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(1), 1–18. doi: 10.1080/09669582.2012.742531
- Tecau, A., & Tescasiu, B. (2015). Nonverbal communication in the focus-group. *Bulletin of the Transilvania University of Brasov. Economic Sciences, Series V*, 8(2), 119–124.
- White, S. (2010). Measuring tourism locally. *Guidance Note Four: Tourism benchmarking and performance indicators*. Newport: Office for National Statistics. Retrieved from synci://White 2013.pdf
- Whittle, M., Lomax, N., Heppenstall, A., & Brerton, S. (2017). Equitable or elitist? The social impact of the 2014 Tour de France Grand Départ. *Area*, 49(1), 60–68. doi: 10.1111/area.12284
- World Trade Organization. (WTO). (2004). *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: a Guidebook*. Madrid: WTO.
- World Tourism Organization. (UNWTO). (2017). *Measuring sustainable tourism: A call for action report of the 6th International Conference on Tourism Statistics* (21–23), Manila, Philippines.

ⁱ Projeto PLOWDeR - *Data Management Platform of Economic Activities' Impact on Low Density Territories*: <https://www.plowder.pt/>

ⁱⁱ Após revisão da literatura, foram identificados 544 indicadores considerados relevantes.

ⁱⁱⁱ O trabalho de campo permitiu reduzir a lista de indicadores para 90. Para fornecer alguns exemplos: alguns dos indicadores não eram claros em relação aos diferentes tipos de alojamento; e outros apenas faziam sentido a nível macro, não sendo relevantes para o território em análise.

^{iv} Estes *focus groups* foram um passo muito importante também para a estabilização dos indicadores, que passaram a ser 88, sendo organizados de acordo com o quadro de análise proposto.